

AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Margareth Rago¹

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de *merecerem* uma maior atenção.

As pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras. O alargamento temático e as novas produções intelectuais resultantes merecem, hoje, uma avaliação crítica. Esta reflexão se faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história. Além do mais, vale dizer que se esta produção não se caracteriza como feminista, nem significou um questionamento prático das relações de poder entre os sexos na academia, ela carrega traços evidentes de uma vontade feminina de emancipação.

Nesta direção, o presente artigo propõe uma breve reflexão sobre a produção historiográfica que apresenta como centralidade temática a participação das mulheres nos acontecimentos históricos e que, embora não exclusivamente, tem sido em grande parte produzida por mulheres, no Brasil. Não pretendo realizar um levantamento exaustivo desta produção acadêmica, mas tenho em vista pontuar algumas questões que me parecem fundamentais para o debate. Para tanto, sugiro três momentos de discussão: uma problematização em torno da história das mulheres enquanto desdobramento da história social; uma, reflexão preliminar sobre as aproximações com a História cultural; e, finalmente, uma discussão que parte de meu trabalho sobre a história da prostituição em São Paulo e procura elucidar alguns aspectos abordados anteriormente.

¹ Professora do Departamento de História, UNICAMP, Campinas.

A história das mulheres enquanto história social

É inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo. Assim, a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. Especialmente valorizadas foram a temática do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a denúncia das formas perversas desta integração. As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante. Destes estudos, destaco o pioneiro *A mulher na sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti publicado em 1969².

Na verdade, a entrada em cena das historiadoras propriamente ditas ocorre com a publicação do estudo da brasilianista June E. Hahner sobre *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, em 1981, em que focaliza a emergência do feminismo no Brasil, no início do século xx, com a movimentação das mulheres da elite e da criação de sua imprensa³.

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida.

Maria Odila Leite da Silva Dias publica, em 1984, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, livro que revela a força da resistência das mulheres pobres ao longo do século passado⁴. No ano seguinte, publiquei *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar*, em que dedico um capítulo às formas da resistência informai de operárias e

² SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969. Destaco ainda o estudo de PENA, M. V. J. *Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981,

³ HANER, J. E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850- 1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁴ DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

anarquistas no começo do século XX, a exemplo de vanguardistas como Maria Lacerda de Moura, que Miriam Moreira Leite apresentara, pouco antes, ao público brasileiro⁵.

Outros estudos se seguiram, como o de Maria Clementina P. Cunha sobre o Juquery, o de Magali Engel sobre a prostituição e o discurso médico, e de Martha de Abreu Esteves, que considera casos de sedução de *meninas* perdidas, no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, e o de Raquel Soihet, que também te matiza a experiência da violência contra as mulheres nos primórdios da República⁶.

Aproximando-se da história das mentalidades, Laura de Mello e Souza apresentam as feiticeiras em *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, enquanto Mary del Priore estuda o sentido da feminilidade e o discurso moral da Igreja no Período Colonial. Utilizando métodos quantitativos de demografia. Eni de Mesquita Samara trabalha com a rede de relações familiares e os sistemas de dote no século passado, desfazendo antigas representações da família na historiografia. Mais recentemente, Leila Mezan investiga as formas da sociabilidade feminina nos espaços dos conventos e dos recolhimentos da Colônia⁷.

Deixando de lado por um momento as inúmeras diferenças metodológicas e temáticas que particularizam cada um destes estudos, destaco alguns pontos comuns que permitem aproximá-los. Em todos eles, registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política. Além disso, estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade. Todas estas historiadoras revelam uma aguda percepção do feminino e trazem enorme contribuição para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso.

⁵ LEITTE, M. M. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984; RAGO, M. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁶ CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; ENGEL, M. *Meretrizes e doutores. O saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988; ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SOIHET, R. *Condição feminina formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

⁷ MELO e SOUZA, L. de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; PRIORE, M. del. *No sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo; SAMARA, E. de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo - século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, 1988; MEZAN, L. *Honradas e devotas; Mulheres da colônia: estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste*. São Paulo, 1992. Tese (Doutoramento) - Universidade de São Paulo.

Assim, se num primeiro momento a liberação das mulheres se inscreve de uma maneira intrínseca à mudança estrutural das formas da organização capitalista do trabalho, nesta segunda vertente, muito marcada pelas formulações thompsonianas, sua emancipação depende muito mais da reapropriação de sua diferença enquanto mulher. Sobretudo, desde os inícios da década de 1980, uma contundente crítica ao marxismo aparecia nos textos de E. P. Thompson, apontando, ao historiador, os perigos de se trabalhar com estruturas prontas, a exemplo das classes sociais, consideradas “coisas” e ausentes em sua capacidade de criação histórica⁸.

Fora da academia, vale lembrar, o feminismo desta década criticava as concepções feministas da década anterior - que buscava a igualdade de condições e direitos em relação aos homens e participava da construção de uma identidade feminina única -, sinalizando para as diferenças entre as mulheres consideradas, agora, sujeitos sociais⁹.

Portanto, se a história das mulheres, no Brasil, nasce no interior de uma historiografia do trabalho, em 1970, é importante lembrar que esta sofre profundas mudanças ao longo desta década, abandonando o interesse exclusivo pela história dos partidos políticos e sindicatos, para incorporar outros temas que abrangem desde o cotidiano das fábricas até a vida no interior da família, passando pelos valores, crenças e hábitos que marcaram a classe trabalhadora.

Deste modo, não se tratou apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa elaborada pelos “vencedores”, pois esta inclusão significou enveredar por outros campos temáticos e buscar novas referências metodológicas.

Na década de 1980, amplia-se largamente o leque temático não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais, como mulheres, prostitutas, loucas, crianças, negros etc., mas principalmente em relação a dimensões da vida social privilegiadas pelos estudos da mentalidade e da sensibilidade. Temas como a história do corpo e da sexualidade; o poder médico e a loucura; a família, o amor e o pecado; a sedução e o poder, as representações da mulher nos discursos médicos e jurídicos; os códigos da moralidade feminina são incorporados como objetos históricos. O estudo da história das mulheres adquire estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse na academia, e passa a participar mais intensamente da construção da noção de uma “cultura das mulheres”¹⁰. Fora da academia, as demandas e reivindicações específicas das mulheres penetram nos movimentos sociais, por força de um feminismo que deixa de aparecer de forma muito localizada para emergir no interior de partidos, sindicatos e inúmeras outras associações.

O impacto da presença feminina na historiografia aparece no questionamento de uma história centrada no conceito de homem enquanto sujeito universal, mostrando as

⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, v.1.

⁹ Sobre a periodização da história do feminismo recente no Brasil ver SOUZA LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense 1991. Parte III; TELLES, M. A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1993.

¹⁰ Para uma discussão mais ampla do tema, ver SCOTT, J. “História das mulheres”. In: BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

fragmentações pelo sexo. Ao mesmo tempo, explicita-se a preocupação em desfazer a noção abstrata de “mulher” referida a uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade de situações em que se encontram¹¹.

Além disso, o impulso feminista desta produção evidencia-se na vontade de provar a capacidade criativa das mulheres enquanto sujeitos sociais capazes de fazerem a História, de investirem contra as múltiplas manifestações do poder, e enquanto elaboradoras de iniciativas, de formas de percepção e de experiências que merecem ocupar lugar na memória social, tanto quanto as masculinas. É, neste momento, que Michelle Perrot faz maior sucesso no Brasil, ao invocar a imagem da “mulher popular rebelde”, capaz de perceber conscientemente as margens de liberdade de suas ações, autonomizando-se em relação aos poderes masculinos¹².

Entretanto, se de um lado se ganha com a emergência desta produção acadêmica, de outro, é preciso estar atento para as implicações de uma abordagem teórico-metodológica extremamente preocupada em provar a capacidade de resistência e luta dos subalternos, entre os quais, as mulheres, atribuindo-lhes uma força consciente invejável e, até mesmo, uma certa dose de onipotência. Na verdade, se esta tendência historiográfica se forja na crítica aos estudos que silenciavam a presença dos “vencidos”, produzindo seus “silêncios” ou vitimizand-os demais, afirma-se então na tentativa de construir a identidade destes grupos, respondendo a seu modo aos movimentos sociais que ganham visibilidade fora da academia, seu tom romântico evoca em alguns momentos a construção de antigos mitos e heroizações da história positivista.

As marcas da história cultural e a categoria de gênero¹³

A crítica maior a esta historiografia social vem sendo produzida por teóricos ligados ao pós-estruturalismo, especialmente a Michel Foucault. Critica-se a história social por trabalhar com identidades prontas, anteriores ao fazer histórico, e por negligenciar as construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências de vida. Se E. P. Thompson advertira os historiadores, falando no interior do marxismo, contra a utilização da noção de classe enquanto identidade acabada e destacara a importância de pensá-la em seu movimento de auto-constituição, enquanto produto cultural, os pós-estruturalistas radicalizaram sua crítica à noção de identidade, estendendo-a para o próprio indivíduo e dando maior ênfase às determinações culturais.

¹¹ DIAS, M. O. L. da S. “Teoria e método dos escudos feministas: perspectiva histórica do cotidiano”. In: *Uma questão de gênero*. COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (Org.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

¹² PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹³ Trabalho aqui com o conceito de história cultural no sentido enunciado por CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1991.

É no interior desta polêmica que Joan Scott critica a maneira pela qual Thompson incorpora as mulheres em seu estudo sobre o fazer-se da classe trabalhadora¹⁴. Enquanto o historiador inglês é sensível ao mostrar o trabalho de auto-constituição do proletariado, seguindo os homens nos sindicatos, fábricas, tabernas e outras associações de classe, as mulheres aparecem como figuras excêntricas e românticas, errando como sombras ao redor de seus homens. Enquanto preocupa-se em construir a identidade dos proletários como manifestação cultural, as mulheres figuram inexpressivas como marionetes que o historiador manipula. Scott questiona a representação masculina que Thompson oferece da política e da classe, o que inviabiliza sua percepção das ações e presenças femininas enquanto construções sociais e culturais diferenciadas. Sua concepção masculina da política só permite vê-las em espaços onde se encontram à margem dos homens, e suas reflexões e propostas soam como delírios evanescentes ao lado dos discursos masculinos sempre racionalmente articulados.

Já que não se trata simplesmente de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, a crítica que se faz à história social das mulheres, seja referindo-se à vertente que mostra a similaridade da atuação das mulheres e dos homens, seja a que pretende revelar sua diferença ao construir uma “cultura feminina” própria, aponta para a utilização da categoria “mulher” como entidade social e empírica fixa, numa perspectiva essencialista que perde as multiplicidades de sujeitos subsumidos em tal categoria.

Contudo, é necessário enfatizar os aspectos positivos desta produção, entre os quais, o de contribuir para o conhecimento da participação das mulheres na história do país. Ao dotar este setor social de uma história preta de lutas e criações, o trabalho histórico permite subsidiar o movimento feminista, respaldando suas reivindicações e demandas, tanto quanto reforçando o delineamento da dimensão de uma cultura específica das mulheres, que não data de duas décadas apenas. Trata-se de um acerto de contas com o passado como meio de garantir uma maior combatividade no presente: a exemplo de nossas avós, somos chamadas à luta que ocorre no presente; em nome delas, pretendemos fazer justiça à tradição combativa que nos deixam como herança. Assim, ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público, e com a desconstrução de mitologias misóginas que obstaculizavam nosso crescimento pessoal e profissional.

Enquanto uma nova tendência historiográfica, a “história cultural” aproxima-se em muito das formulações de Foucault¹⁵. A ênfase na crítica do sujeito e das identidades remete à consideração dos modos de subjetivação e de objetivação que operam nas sociedades contemporâneas. Se não há bastidores da história, nem atores à espera de seus papéis, é importante perceber o jogo, ou os múltiplos jogos que se estabelecem nas configurações discursivas. Trata-se de perceber sujeitos e objetos como resultados de

¹⁴ SCOTT, J. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

¹⁵ Ver O'BRIEN, P. “A história cultural de Michel Foucault”. In: *Lynn Hunt - A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

práticas culturais, como efeitos, mais do que como produtores¹⁶. A ênfase na desnaturalização dos objetos, conceitos e campos históricos se radicaliza: “é a prática com o objeto que ela se atribui que vem em primeiro lugar ...”, complementa Veyne, “O método consiste em compreender que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe”¹⁷.

É evidente que a discussão com a história social se torna candente diante destas afirmações. Sabe-se que no campo da historiografia de inspiração marxista, assim como nas demandas dos movimentos sociais e feministas, é fundamental o privilegiamento do sujeito histórico e político. A história social das mulheres responde, nesse sentido, com a gama de informações que enriquecem a experiência pessoal e coletiva das mulheres de ações conscientes e, de certo modo, heróicas. As mulheres, portanto, ganham evidência, enquanto sujeito político, também pela historiografia, que as enraíza num passado glorioso e farto¹⁸. Já para a história “genealógica”, ou de tendência foucaultiana, como quer que a rotulemos, o sujeito aparece como efeito, como subjetivação resultante “das práticas discursivas que o codificam e de tecnologias disciplinarizantes que o esquadriham e normatizam. Se há uma forte preocupação em mostrar como construímos nossos problemas e de que maneira os resolvemos, o caminho escolhido não privilegia as ações conscientes dos indivíduos ou dos grupos sociais. Somos “agidos” mais do que agentes; somos “falados” pelas palavras mais do que falamos, alerta Foucault

No entanto, é importante perceber a crítica contundente que é mobilizada nestas formulações, à cultura e a nossa própria racionalidade, incidindo sobre evidências inquestionáveis que perdem sua historicidade. Partíamos do objeto loucura, diz Foucault, para contarmos sua história, sem considerar que este mesmo objeto era já um resultado e não o ponto de partida; pensávamos a sexualidade como fundamento da subjetividade, sem sequer imaginarmos a origem de tal crença; pensávamos o poder como negatividade se exercendo sobre a sociedade, abafando-a e reprimindo-a, e o vemos agora em toda sua positividade, produzindo gestos, comportamentos, instituindo as figuras sociais; pensávamos o discurso como reflexo de um suposto real e não como prática instituinte¹⁹.

O deslocamento epistemológico em curso é: evidentemente enorme. No que tange aos estudos das mulheres, é grande a ressonância dos “filósofos da diferença”, como Foucault, Derrida, Deleuze, entre as teóricas do feminismo²⁰. É importante destacar o

¹⁶ RABINOW, P., DREYFUS, R. *Michel Foucault. Un philosophique*. Paris: Gallimard, 1984.

¹⁷ VEYNE, P. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a História*. Brasília: Editora da UnB, 1992, p.162.

¹⁸ Sobre esta discussão, ver TILLY, L. *Genre, histoire des femmes et histoire sociale*. GENESES, p.148-66, 2 déc. 1990; VARIKAS, E. *Genre, expérience et subjectivité. A propos du désaccord Tilly-Scott*. (Mimeog.).

¹⁹ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1975.

²⁰ Ver, a respeito FLAX, J. “Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista”. In: HOLLANDA, H. B. de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991; SCOTT, J. Op. cit.,

deslo(mento que os estudos feministas operam ao privilegiarem em suas discussões e pesquisas a categoria de *gênero* em detrimento do objeto “mulheres”. Trata-se novamente de investir, ou antes, de propor a desconstrução da generalização “mulheres”, que remete a uma entidade social branca e de classe média, para considerar as multiplicidades, e, sobretudo, para se pensar as diferenças sexuais enquanto construções sociais e culturais²¹.

A despeito das discussões entre as teóricas do feminismo em torno de uma definição precisa do gênero, é evidente a preocupação em evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, para trabalhar com *relações* e perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas. É nesse sentido que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural. Com esta nova proposta metodológica, insiste-se em que consideremos as diferenças sexuais enquanto construções culturais, desmontando e sexualizando conceitualizações que fixam e enquadram os indivíduos, seus gestos, suas ações, suas condutas e representações. Nega-se, portanto, que se parta de uma “realidade objetiva”, em que os sujeitos localizados em classes sociais entrariam em cena segundo um procedimento metodológico homogeneizador e generalizante, que visa a estabelecer continuidades no emaranhar dos fatos, e que entende que interpretar significa recolher (e não atribuir) o sentido essencial “oculto” na coisa. Além disso, propõe-se pensar as *relações de gênero* enquanto *relações de poder*, e nesse sentido a dominação não se localiza num ponto fixo, num “outro” masculino, mas se constitui nos jogos relacionais e de linguagem.

Ainda são poucos os trabalhos que utilizam explicitamente a categoria de gênero, aparecendo com mais frequência nos estudos antropológicos, ao menos no Brasil. No entanto, não há dúvidas de que a incorporação da dimensão “relações de gênero” ganha espaço nas reflexões dos historiadores, juntamente com um crescente interesse em se realizar estudos interdisciplinares. Também aqui vale notar um investimento contra as polarizações estáticas que nos atingem por vários lados, a despeito dos objetos de estudo propostos.

1992; MACHADO, L. Z. “Feminismo, academia e interdisciplinaridade”; SORJ, B. “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade”. In: *Uma questão de gênero*. Op. cit., 1992.

²¹ SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e sociedade*, V.15, n.2, jul/dez. 1990; GOMÁRIZ, E. “Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas”. *Fin de Siglo*, Ediciones de las Mujeres, n.17, 1992.

Prostituição e historiografia

Gostaria, neste momento, de fazer algumas considerações de ordem metodológica sobre alguns pontos levantados anteriormente, tomando como referência meu trabalho sobre a história da prostituição em São Paulo no início deste século²².

Primeiramente, explícito como o diferencio do que seria uma história social da prostituição. Partindo desta opção metodológica, deveria mostrar quem eram as prostitutas de luxo e as do baixo meretrício na cidade; como viviam e definiam seu cotidiano nos bordéis e fora da zona de meretrício; se eram casadas, amancebadas, solteiras; se tinham filhos, irmãos, parentes; se trabalhavam em outros empregos; sua idade, nacionalidade, procedência etc. Evidentemente, estas informações são da maior importância, resultariam, porém, num outro tipo de trabalho. Assim, não me questioneei sobre que outros papéis desempenhavam as prostitutas no cotidiano da vida social ou sobre e que respostas às condições de sobrevivência foram capazes de inventar no mundo da prostituição e fora dele. Também não tive como meta definir as “condições objetivas” em que estes processos poderiam ser vivenciados, por mais que considere relevante este procedimento metodológico.

Do que se tratava, afinal? Em primeiro lugar, de estudar o *imaginário da prostituição*, desconstruindo-o ao mostrar como está engendrado na teia de relações de poder e de práticas discursivas que definem seu lugar e estabelecem a referência do que é o universo da prostituição, assim como de sua antítese, a “sexualidade legítima”. Tive como objetivo mostrar como se construiu historicamente a identidade da prostituta pelos discursos médico, jurídico e criminológico e pelas práticas policiais desde o século passado. Não procurei, portanto, localizar no “real” o objeto que o discurso das autoridades construía sob a pretensão de descrevê-lo, como se o documento propiciado por uma tese médica versando sobre a prostituição pudesse remeter à própria prostituição considerada como “o real”. Antes que descrever a identidade da meretriz, os médicos do começo do século, a exemplo do trabalho que efetuaram seus antecessores no século XIX, instauram uma referência de identidade genealógica da prostituta, como se desvelassem uma essência inata e orgânica. A construção da figura da prostituta, portanto, percorreu caminhos que passavam pelo discurso médico da ciência “vitoriana”, tanto quanto pelas práticas policiais que constrangiam o submundo e tentavam discipliná-lo, confinando-o em bairros afastados ou realizando inspeções sanitárias nas mulheres.

Assim, esta identidade pautada *por* uma referência médico-policia foi instituída como parâmetro definidor da condição de normalidade e anormalidade da mulher. Esta construção conceitual permitiu a partilha de campos onde se alojaram as “normais” e as “devassas”, as “ninfomaniacas”, as “perversas” em geral, e que acabou por definir seus modos de subjetivação.

Trabalhei com o conceito de “dispositivo da sexualidade”, entendendo com Foucault, toda a rede de instituições, discursos, práticas, enunciados científicos, proposições morais

²² RAGO, M. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

e filantrópicas, leis e decisões regulamentares que seqüestram as sexualidades insubmissas e as codificam segundo sistemas classificatórios de pensamento criados no século XIX. Como, portanto, são implantadas as “perversões sexuais” pelo esquadramento de práticas sexuais outrora englobadas como “sodomia”²³.

Neste sentido, esteve em jogo perceber a prostituição como efeito, como construção de dispositivos e saberes que delimitam e nomeiam determinadas práticas sexuais, atribuindo-lhes um sentido “oculto” e uma significação simbólica para além da intenção dos atores. A literatura solidariza-se com esta construção, identificando, nos romances, determinados personagens, como a prostituta vitimizada ou a “mulher fatal” estilo Lulu. A maquinaria da prostituição é, nesta abordagem, priorizada enquanto mecanismo que absorve, seqüestra, isola e classifica determinadas práticas e condutas sexuais, localizando-as num campo discursivo que se constitui, por sua vez, no jogo das relações poder - saber e no interior de um sistema binário de oposição entre o normal e o patológico²⁴.

Além das formas de dominação que incidem sobre o corpo da prostituta, produzindo sua identidade, procurei entender o que faz dela, em nível simbólico e cultural, uma presença forte na cidade em processo de modernização e industrialização. Enquanto presença forte na cidade, entendo que, embora as práticas de comercialização do sexo feminino possam ter existido em outros momentos históricos, não se tornam “acontecimento”, no sentido foucaultiano do termo, antes do surgimento da cidade industrial e de todos os seus problemas. Ou seja, a prostituição ganha evidência e assume determinados contornos na medida em que passa a ser problematizada por amplos setores da sociedade, participando de um jogo de produção de verdades. O que está em questão nesta nova preocupação com a prostituição feminina? É visível que as autoridades públicas e os médicos sanitaristas, por mais filantrópicos que fossem, não se voltaram para estas mulheres marginalizadas apenas com a preocupação de protegê-las ou de melhorar suas condições de higiene e saúde. Ao cabo de muitas décadas, afinal, não há nenhuma melhora no meio, nem quaisquer reformas legais que defendam as prostitutas contra as tradicionais formas da violência praticadas pela polícia, pelos cafetões, pelas proprietárias de bordéis, entre outros. Aliás, a ausência de documentos oficiais que forneçam estatísticas, informações mais específicas, fotos e imagens das meretrizes, que descrevam os bordéis ou “casas de tolerância” do período é significativa: sugere o esquecimento e o descaso em que viveram e vivem.

A conclusão é que a preocupação com a prostituição e com as mulheres pobres do submundo prendeu-se muito mais à vontade de normatizar os comportamentos femininos em geral e especialmente ao desejo de definir um código moral de condutas para as mais abastadas. Se o não fumar na rua, o não assobiar, o não circular desacompanhada à noite tornaram-se exigências para todas as mulheres, sob pena de identificação com a puta, a incidência de pressões sobre aquelas foi, sem dúvida, mais cerrada do que as que

²³ FOUCAULT, M. Op. cit., 1979.

²⁴ Ver, em relação à construção da identidade do homossexual, FREIRE COSTA, J. *A inocência e o vício. Estudo sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

se destinavam às costureiras, floristas ou operárias, já de antemão consideradas como menos racionais, além de pressionadas pelas necessidades materiais para o mercado de trabalho. Neste raciocínio, a prostituta já estava “perdida”, enquanto a “normal” podia ser preservada. Um dos mais importantes juristas da época, Dr. Viveiros de Castro, afirmava, em seu livro sobre *Os delitos contra a honra da mulher*²⁵, que o estupro de uma meretriz não lhe causava tantos danos, pois esta já não tinha mais o que perder.

²⁵ Rio de Janeiro: Ed. João Lopes da Cunha, 1897.